

Eduardo Portella

Falou-se muito em diretrizes e bases na educação. Fala-se bastante em bases sem diretrizes, e não menos em diretrizes sem bases. É a contrafação larval, que parece atravessar o processo educacional brasileiro nas últimas décadas. Não sei se atravessar é bem o termo. O verbo atravessar contém um dinamismo que essa jornada quase sedentária tudo faz para suprimir ou paralisar.

A verdade é que, quanto mais se alardeia a prioridade das estruturas básicas da educação, tanto mais se subtraem ou se debilitam as bases da educação. E por um motivo muito simples. Até agora não conseguimos identificar, com a transparência necessária, a verdadeira base da educação. Ela se acha próxima de nós, tão misturada conosco que não conseguimos enxergá-la. A base da educação é a cultura. Os estágios, os degraus, os níveis são simplesmente as suas formas de organização. Por isso venho insistindo, com uma persistência não sei se consequente ou apenas teimosa, na constatação de que a crise da educação nacional decorre, primordialmente, da circunstância de permanecer ela, cada vez mais, como uma educação sem cultura.

Quando a educação se isola, quando se especializa mecanicamente, quando canoniza a figura do perito, ela, sem saber, e provavelmente sem querer, cava a própria sepultura. Foi o que se verificou há alguns anos, ao se abater sobre o nosso sistema de ensino aquela abrupta epidemia profissionalizante. As estruturas básicas foram jogando fora o vigor formativo e, no seu lugar, proliferaram disciplinas profissionalizantes, investidas arrogantemente da função de formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. De resto um mercado de trabalho vacilante e frágil, supervvalorizado, compulsivamente, pelas fantasias do "Milagre". O resultado não se fez de rogado: perdemos a possível qualificação, e deixamos de ganhar o prometido emprego.

O quadro histórico inibidor e a insuficiência técnica decorrente se encarregaram de gerar uma espécie de paralisia cultural. Os núcleos desse impasse são facilmente visíveis a olho nu: a pessoa (reprimida ou desestimulada), o cidadão (proscrito ou dispensado) e o profissional (desempregado ou subempregado). Atingiam-se, em cheio, os alvos básicos da educação.

Interrompia-se o que Edmund Husserl chamou, em boa hora, de o "movimento da educação cultural".

A educação é tão-somente, e já é bastante, um mecanismo de transmissão cultural — complexo e insubstituível. Mas freqüentemente perdido entre a bagatelização e a pauperização, entre a massa crítica desaparelhada e os efetivos estudantis desacompanhados. O reducionismo tecnocrático da educação sem cultura foi fabricando, em série, esses habitantes sem rosto, a uma só vez barulhentos e estacionários. Foi produzindo, sem o menor critério, esses extemporâneos voluntários da pátria. E o que é mais grave: esta situação, até aqui, não se modificou substancialmente.

Cabe, agora, um esforço de reversão, que comece pela escolarização básica, e seja capaz de combinar, criativamente, cultura e educação. Isto corresponde ao reencaminhamento da pessoa ainda humana, embora perplexa e disponível; exige a mobilização do cidadão, da cidadania, não raro pacientemente contemplativos; e implica a recondução do profissional, do perito enclausurado no seu pequeno mundo onisciente. A pessoa está condenada a ser sempre um horizonte interpessoal, aberto e comunicativo. O cidadão é aquele que não se deixa aprisionar em suas grades corporativas, preferindo distinguir os interesses da corporação dos valores da nação. Ele sabe evitar que o trabalho intelectual seja contido pela atuação sindical, e a atuação sindical se resuma na reivindicação exclusivamente salarial. O mesmo se pode dizer do profissional que, como todo bom profissional, seja mais do que um profissional, e muito mais do que um perito. A educação se enganou quando investiu no perito e, desolada, descobriu a sua imperícia. Essa imperícia que decorre do isolamento, da avidez com que se agarra aos seus minúsculos fazeres.

Somente a cultura está em condições de rever, está claro que se trata de rever criticamente, os conteúdos de ensino e promover uma legítima reconstrução pedagógica. Só a cultura dispõe daquela força integrativa apta a se contrapor a toda e qualquer sobrevivência do "apartheid cultural" — essas formas segregadas que poluem as salas mais ou menos imóveis da escola única.

A educação como direito civil e a cultura como energia transformadora, uma vez que em regime de parceria, ampla, geral e irrestrita, poderão levar a bom termo esse programa recuperador: o programa da educação cultural.